



# Anais da Assembléia

Nº 149

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 12 DE NOVEMBRO DE 1991

ANO XVII

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA  
ATA DA 123ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 1991

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aníbal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Dúlio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, João Preis, José Alves, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Severino Félix e Toti Colaço (45). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Basílio Zanusso, Dirceu Manfrinato, José Afonso Júnior, Luiz Antonio Setti, Nilton Barbosa, Nilton César, Plauto Miró Guimarães e Rossoni (08). Achando-se em licença o Senhor Deputado Eurides Moura (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SP. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Ofício:

### OFÍCIO S/Nº

Senhor Presidente.

O Deputado que assina o presente, atendendo a solicitação de autoridades da Região dos Campos Gerais, deve se dirigir à Capital da República, nos dias 12, 13 e

14 do corrente, para tratar de assuntos, também, ligados a este Poder Legislativo.

Para tanto comunica a ausência em Plenário e respeitosamente REQUER, todas as providências administrativas.

Sala das Sessões, em 12.11.91

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 3031

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando atribuições conferidas pelo Regimento Interno, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Resolução nº 071/91, que ratifica a autorização para plebiscito em Nova Esperança do Sudoeste.

Sala das Sessões, em 12.11.91

(a) JOÃO ARRUDA

### REQUERIMENTO Nº 3030

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo Artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 12.11.91

(a) ADEMAR TRAIANO

### REQUERIMENTO Nº 3029

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, preferência de votação para o Projeto de Resolução nº 060/91, que autoriza a realização de plebiscito, para que a população decida sobre a criação do Município de Saudade do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 12.11.91

(a) JOÃO ARRUDA

### REQUERIMENTO Nº 3037

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no Artigo 101 § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o nobre Plenário, preferência para discussão e votação do Projeto de Lei nº 483/91.

Sala das Sessões, em 12.11.91

(a) DALTON MACHUCA

REQUERIMENTO N° 3044

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das atribuições que lhe são conferidas, REQUEREM, com base no disposto no Artigo 159 do Regimento Interno, o adiamento por 5 (cinco) sessões da 2ª discussão do Projeto de Lei n° 373/91, que cria o Fundo Estadual de Moradia Popular e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 12.11.91

(aa) ERNANI PUDELL

DOUTOR ROSINHA

OVIDIO CONSTANTINO

REQUERIMENTO N° 3047

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo Artigo 159 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o adiamento por 10 (dez) sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei n° 422/91 (item 08), de autoria do Deputado Albino Corazza, que dispõe que os municípios gozarão redução de 20% das publicações que fizerem no C.O.E.

Sala das Sessões, em 12.11.91

(a) ALBINO CORAZZA

REQUERIMENTO N° 3048

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo Artigo 159 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o adiamento por 10 (dez) sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei n° 186/91 (item 4), de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que cria o Programa de Mutirão Habitacional Rural.

Sala das Sessões, em 12.11.91

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 3049

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo Artigo 159 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o adiamento por 5 (cinco) sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei n° 389/91 (item 7), de autoria do Deputado Heinz Herwig, que obriga a instalação da disciplina de Educação de Trânsito no currículo das escolas públicas de 1° Grau do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 12.11.91

(a) HEINZ HERWIG

REQUERIMENTO N° 3045

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das atribuições que lhe são conferidas, REQUEREM, com base no disposto no Artigo 35 do Regimento Interno e após ouvido o Plenário, a formação de Comissão Especial integrada por um representante de cada bancada partidária com assento neste Legislativo para verificar "in loco" e buscar meios de fazer cessar e promover a necessária responsabilização com relação à violência contra trabalhadores rurais e respectivas famílias nas localidades de Faxinal dos Silvérios e Cachoeirinha, esta no Vale do Rio da Areia, no Município de Pinhão, neste Estado, onde ataques de jagunços já resultaram no referimento de duas crianças e na intimidação com ameaças de mortes aos trabalhadores que residem e produzem na Região.

Sala das Sessões, em 12.11.91

(aa) ERNANI PUDELL

DOUTOR ROSINHA

OVIDIO CONSTANTINO

REQUERIMENTO N° 3046

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições que lhe confere o Regimento Interno deste Poder, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição em Ata da presente sessão, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor João Furtado dos Santos, ocorrido em 10.11.91, na cidade de Santo Antonio da Platina-PR.

Sala das Sessões, em 12.11.91

(a) TADEU LUCIO MACHADO

JUSTIFICATIVA:

O Senhor João Furtado dos Santos era pai do ex-Deputado Santinho Furtado e um dos fundadores do Município de Santo Antonio da Platina, com seu trabalho de pioneirismo contribuiu muito com o desenvolvimento do Norte Pioneiro.

Assim, requer, que da decisão deste Plenário seja dada ciência à família enlutada.

REQUERIMENTO N° 3033

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações, ao Maestro Roberto Plassmann da Banda Filarmônica Antoninense.

Sala das Sessões, em 12.11.91

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A Banda Filarmônica Antoninense, durante estes anos se constituiu numa peça fundamental, dentro do contexto cultural de Antonina.

Com isso além de divulgar a Cidade divulgou o Estado conquistando no último fi-

nal de semana o tricampeonato de Bandas do Brasil, onde estavam participando cerca de 36 Bandas de todo o País, valorizando a classe musical do Paraná.

## REQUERIMENTO N° 3034

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos pela passagem do 30° Aniversário de Emancipação Política do Município de General Carneiro.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Senhor Prefeito Municipal Senhor Antonio Costa, ao Vice-Prefeito, Senhor Sebastião Sergio Steptjuk bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Paraná, recebam e cumprimentem a população de General Carneiro.

Sala das Sessões, em 12.11.91

(a) ANTONIO ANNIBELLI

## JUSTIFICATIVA:

É com muito orgulho que toda a população de General Carneiro comemora o transcurso da data magna do Município "19 de Novembro" - 30° Aniversário da Emancipação Política.

Quase todos os Municípios localizados na Região Sul do Paraná tiveram seu início nos trabalhos de penetração das Bandeiras organizadas em Curitiba e Municípios adjacentes. Enfrentando toda a sorte de perigos e imprevistos, a bandeira que os pioneiros traziam no sangue, a bravura e a intrepidez dos seus antepassados, enveredou pelo sertão adentro, ora abrindo picadas, ora seguindo por antigos caminhos de tropas; vadeando rios e superando obstáculos de toda a natureza. E, foi assim que surgiu o Município de General Carneiro, desmembrado de Palmas. General Carneiro, fruto da visão administrativa de sucessivos governos municipais e de seu povo trabalhador e honesto que continua dando o melhor para que General Carneiro continue seu invejável progresso.

É com orgulho portanto, que o povo de General Carneiro comemora o seu 30° aniversário. A certeza de dias melhores aliada a tudo o que a população já conquistou com o trabalho desenvolvido pelo seu atual Prefeito Antonio Costa que pela 3ª vez rege os destinos do Município, com respaldo de seus representantes e a colaboração de toda a comunidade iratinense, satisfatoriamente se transformará numa realidade.

Com todo o respeito que o povo de General Carneiro é merecedor a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, renova sua homenagem de

gratidão e reconhecimento na certeza de que continuará com a mesma garra e a mesma pujança, sendo exemplo, cópia e modelo para os demais municípios paranaenses.

## REQUERIMENTO N° 3035

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos à GAZETA DO POVO, pelo recebimento do prêmio "MERITO LOJISTA" do ano, conferido pela Confederação Nacional dos Diretores Lojistas.

Sala das Sessões, em 12.11.91

(a) ANTONIO ANNIBELLI

## JUSTIFICATIVA:

O Paraná goza de um grande prestígio e elevado respeito no contexto federativo, fruto do trabalho incansável de seu povo e da atuação de suas lideranças em todos os segmentos sociais.

Algumas dessas lideranças mercê do seu dinamismo e capacidade, sobressaem-se em múltiplas atividades, comprovando a inegável vocação paranaense, é caso da Gazeta do Povo.

Na atual conjuntura brasileira a outorga de um prêmio que significa o reconhecimento ao trabalho empresarial tem uma importância especial porque é no momento de tempestade que mais se valoriza o timoneiro. Diante das circunstâncias da política econômica do País, os empresários desenvolvem um trabalho ingente, lutando contra a recessão palpável e sofrida contra as incertezas de um Governo que se mostra tanto mais intervencionista quanto inseguro e incapaz contra uma inflação sem controle e contra o próprio cetismo da população.

O Doutor Francisco Cunha Pereira Filho é o paradigma dos nossos homens da imprensa, que ajudam a criatividade e se esforçam para superar, mesmo nos tempos de maior dificuldade servindo de exemplo para toda a sociedade.

Devemos assinalar que a premiação "MERITO LOJISTA" pelo quarto ano consecutivo, para a GAZETA DO POVO, é motivo de orgulho para todos os paranaenses pelo que representa a nível nacional, principalmente como modelo de visão administrativa. A gestão do Jornalista Francisco Cunha Pereira Filho revela ao Brasil a capacidade do empresário paranaense e a visão empreendedora, mesmo em momentos incertos como os que vivemos.

A este contentamento, o Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, se associa como representante do povo, congratulando-se com o Doutor Francisco Cunha Pereira Filho e todo o seu

corpo de colaboradores da GAZETA DO POVO, como atestado de que seu sucesso é fruto de trabalho e competência.

## REQUERIMENTO Nº 3038

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações pelos 30 anos de funcionamento do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná, comemorações estas, no dia 14 de novembro do corrente, na Cidade de Curitiba, com início às 10:30 horas, no Saguão da Direção.

Sala das Sessões, em 12.11.91

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO Nº 3032

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrive, no uso das atribuições parlamentares, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, REQUER providências no sentido de sanar a descontinuidade de energia elétrica na Sede do Município de Cerro Azul - Paraná.

Sala das Sessões, em 12.11.91.

(a) ANIBAL KHURY

## JUSTIFICATIVA:

O Município de Cerro Azul - PR, é um Município de divisa entre o Paraná e São Paulo e vem sofrendo, conforme inúmeras reclamações daquela Região, da descontinuidade no fornecimento de energia elétrica, cada vez que ocorre um temporal, ficando o sistema interrompido por longo tempo.

## REQUERIMENTO Nº 3036

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Doutor SINVAL DIAS DOS SANTOS, Delegado Regional do IBGE, Chefe do Escritório do Estado do Paraná, expediente em caráter de urgência, via Telex, no sentido de manifestar a preocupação dos Municípios paranaenses e desta Casa de Leis, quanto ao resultado a ser apurado pelo recenseamento de 1991.

Sala das Sessões, em 12.11.91.

(a) JOÃO PREIS

## JUSTIFICATIVA:

O resultado do Censo/1991 a ser apurado pelo IBGE, poderá estar longe da realidade, haja vista o grande número de denúncias que temos recebido, procedentes de diversos Municípios, através de pessoas que acusam não terem sido entrevistadas pelos recenseadores.

Este fato poderá tornar mais dramática a situação financeira e social dos Municípios, em razão de que poderá apresentar uma população bem abaixo do número real existente, razão principal de correremos o risco de perder recursos a serem distribuídos pelo Fundo de Participação dos Municípios, o que haverá de inviabilizar o municipalismo paranaense, que já vem se debatendo em grave crise para sobreviver.

Assim sendo, constata-se, segundo o Senhor NELSON GUINAZA, residente em Maringá, que numa atitude louvável de responsabilidade e preocupação com a situação dos Municípios e suas populações, encaminhou a este Parlamentar, o demonstrativo abaixo, de estimativa populacional com base em dados fornecidos pela COPEL, de acordo com o número de consumidores residenciais.

	MARINGÁ	LONDRINA	CASCAVEL	P. GROSSA
População urbana Censo IBGE 1980	160.645	267.102	123.745	172.503
População Município Censo IBGE 1980	168.194	301.749	163.544	186.328
Eleitores votantes TRE (novembro/1990)	121.020	193.239	85.810	117.232
Nº domicílios residenciais - consumidores da COPEL 1980	33.037	56.819	25.335	31.819
Nº domicílios residenciais - consumidores da COPEL 1991	61.799	95.662	39.498	51.603
População Município Estimativa 1991 (1)	308.051	484.347	232.721	293.584

OBS.: Nos números da COPEL estão excluídos os imóveis novos não habitados.

(1) Estimativa considerando crescimento da população urbana na mesma taxa de variação do número de consumidores residenciais da COPEL.

Somente estes dados, demonstram que o IBGE deve tomar uma posição que espelhe a sensibilidade que deve orientar os recenseadores, para que se possa superar as dificuldades que são previstas, porque caso contrário, haverá um eminente perigo de um colapso no Municipalismo.

Assim sendo, enviamos esta manifestação, objetivando com isto, restabelecer a importância dos serviços prestados pelo IBGE, que muito significam e que muito poderão contribuir para a melhoria da vida econômica e social da população.

#### REQUERIMENTO N° 3039

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, NIZAN PEREIRA, solicitando a liberação de recursos financeiros ao Município de Rebouças, para a aquisição de equipamentos médico-sanitários ao "Hospital de Caridade Doutora Darcy Vargas" no Município de Rebouças.

Os atuais equipamentos existentes no "Hospital Doutora Darcy Vargas", encontram-se defasados tecnologicamente e muitos - dependendo da especialidade - aquele Hospital não possui.

Certamente, com os recursos liberados, a Direção hospitalar irá dotar aquele Centro de Saúde dos equipamentos que garanta um pronto atendimento, aliado a uma alta qualidade em termos de saúde pública.

Sala das Sessões, em 12.11.91.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 3040

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança, MOACIR FAVETTI, solicitando a liberação de recursos financeiros para a aquisição de uma viatura policial, ao Município de Inácio Martins.

Com a aquisição do equipamento ora em pauta, os policiais do Município de Inácio Martins, terão uma ação policial muito mais efetiva no combate à criminalidade local, haja vista que os marginais encontram-se cada vez mais equipados para a prática dos delitos.

Por certo, a municipalidade de Inácio Martins, ficará muito mais tranqüila no que concerne à segurança pública, se o pleito em tela for viabilizado.

Sala das Sessões, em 12.11.91.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 3041

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, OSMAR DIAS, solicitando a liberação de recursos financeiros para a construção de um abatedouro no Município de Rebouças.

A construção do abatedouro municipal, irá proporcionar aos criadores do Município de Rebouças, inúmeros benefícios. Do ponto de vista econômico, os produtores não terão mais que se deslocarem a outros centros, com a finalidade de abaterem suas produções, notadamente, haverá uma redução enorme no custo final das carnes, pois os custos de transportes são elevados. Destacamos que, com tal iniciativa, a população mais carente será extremamente favorecida diante do quadro gravíssimo pelo qual atravessa a nossa economia.

Sala das Sessões, em 12.11.91.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 3042

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, MOACIR FAVETTI, solicitando a liberação de recursos financeiros para a aquisição de uma viatura policial para o Município de Imbituva.

Com a aquisição do equipamento ora em pauta, os policiais do Município de Imbituva terão uma ação policial mais efetiva, pois, a criminalidade cresce em ritmo constante e cada vez mais organizada e aparelhada, por certo, a população, com tal garantia, ficaria muito mais tranqüila.

Sala das Sessões, em 12.11.91.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 3050

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das atribuições que lhe são conferidas REQUEREM, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Deputado Ronaldo Passarinho, Presidente da Assembleia Legislativa do Pará, manifestando o repúdio deste Legislativo, pela decisão de não conceder licença para que o Deputado Osvaldo dos Reis Mutran pudesse depor na Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados, que apura a violência no campo, acobertando as denúncias de violência que pesam contra "Vavá Mutran".

Sala das Sessões, em 12.11.91

(aa) ERNANI PUDELL;

DOUTOR ROSINHA

e OVIDIO CONSTANTINO.

**JUSTIFICATIVA:**

Inúmeras e espantosas são as denúncias que pesam sobre Osvaldo dos Reis Mutran, Deputado Estadual pelo PDS no Pará. Vavá Mutran, como é conhecido, é acusado de ter ameaçado de morte os vereadores Raimundo José de Souza, Julia Maria Ferreira Rosa, Miguel Gomes Filho e Vanda Régia Américo Gomes, do Município de Marabá, todos com juras de morte por terem denunciado as violências, abuso de poder e ameaças de morte contra diversos cidadãos daquele Município. Pelas mesmas denúncias também estão ameaçados os Deputados Estaduais Zé Carlos Lima e Edmilson Rodrigues, do PT do Pará.

Ainda acusações de torturas, crimes e ameaças contra a vida de inúmeros trabalhadores daquela Região são imputados a Vavá Mutran, tendo inclusive sido denunciados à CPI da Violência.

Por inusitado que possa parecer, o legislativo paranaense negou, por 18 votos contra 13, licença para que o Deputado que se esconde no instituto da imunidade parlamentar, prestasse depoimento na CPI da Violência, de cuja existência, sem sombra de dúvidas, é um dos motivos.

Solicitamos, portanto, o pronunciamento deste Legislativo, condenando a decisão do Parlamento paraense em acobertar as violências que pesam contra Vavá Mutran.

**REQUERIMENTO N° 3051**

Senhor Presidente,

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das atribuições que lhe são conferidas REQUEREM, após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Aderbal Meira Matos, Secretário de Justiça do Estado do Pará, e Desembargador Nelson Silvestre Rodrigues Amorim, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará solicitando o afastamento da Juíza Ezilda Pestana, da Comarca de Marabá, naquele Estado, por dar cobertura aos crimes de Vavá Mutran, engavetando os processos que pesam contra o mesmo.

Sala das Sessões, em 12.11.91

(aa) ERNANI PUDELL;

DOUTOR ROSINHA

e OVIDIO CONSTANTINO.

**JUSTIFICATIVA:**

Osvaldo dos Reis Mutran, ex-Prefeito de São João do Araguaia e Deputado estadual no Pará, é acusado, dentre outros crimes, de ameaças de morte a Vereadores e Deputados Estaduais daquele Estado, de torturas e crimes contra a vida de trabalhadores de Marabá e região.

Entretanto, os processos contra o mes-

mo não têm o andamento normal, pois sistematicamente esbarram na Juíza Ezilda Pestana, da Comarca de Marabá. Inusitadamente, a Juíza é nora de Vavá Mutran, como é conhecido Osvaldo dos Reis Mutran.

Neste sentido, em vista do espírito de solidariedade a todo o povo brasileiro, nos mais variados rincões, solicitamos o pronunciamento desta Casa junto ao Secretário da Justiça do Estado do Pará e ao Presidente do Tribunal de Justiça daquele Estado, pedindo o afastamento da mencionada juíza a fim de que as investigações tenham curso e a punição exemplar, se confirmadas as denúncias, seja aplicada a Vavá Mutran.

**Projetos de Lei:**

PROJETO DE LEI N° 521/91

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Itapejara D'Oeste os lotes números, 01, 02, 03, 05, 06, 07, 08, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 da quadra número 31 e os lotes números 10, 11, 12, 13, 14 e 15 da quadra número 21, todos constantes do Perímetro Urbano da Cidade de Itapejara D'Oeste, neste Estado, matriculados no 2° Ofício do Registro Geral de Imóveis, da Comarca de Pato Branco.

Parágrafo Único - As áreas de que trata o "caput" deste artigo serão utilizadas na implantação do Projeto Piloto de Construção de Habitações Populares.

Art. 2° - No caso de utilização diversa da especificada no artigo anterior, o imóvel reverterá ao patrimônio do Estado.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.11.91

(a) JOÃO ARRUDA.

**JUSTIFICATIVA:**

A Prefeitura Municipal de Itapejara D'Oeste está desenvolvendo, em convênio com a COHAPAR, um projeto piloto para construção de Casas Populares.

O programa prevê a edificação de moradias em áreas já povoadas, com o intuito de integrar mais rapidamente na comunidade as famílias adquirentes de habitações populares, fugindo desta maneira do padrão conhecido em todo o País.

Outra grande vantagem reside no fato da infra-estrutura já existente. Assim que forem iniciadas as obras já haverá no local asfalto, luz elétrica, água, esgoto, entre outros itens importantes para a urbanização, fato que, evidentemente, barateia todos os custos.

O Governo do Estado do Paraná, conhecedor profundo do projeto, já deu grande

contribuição ao programa efetuando a doação de outros lotes, através de lei específica, outrora aprovada neste Parlamento.

Por certo, os demais Pares saberão apoiar a proposta, pois encontra-se dentro das maiores aspirações de grande parcela da população. E, sancionado o texto legal, a referida Prefeitura ganhará importante ajuda, que irá somar ao esforço e recursos aplicados pela municipalidade.

PROJETO DE LEI Nº 513/91  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica revogada a Lei n. 9.311, de 05 de Julho de 1990, que criou "ad referendum" o Município de Rancho Alegre D'Oeste, desmembrado do Município de Goioerê.

Art. 2º - Fica criado o Município de Rancho Alegre D'Oeste, com território desmembrado do Município de Goioerê, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas assim especificadas:

"Inicia na linha de divisa das glebas 15 e 23 no Pto Comissário ou Vieiras. Do ponto inicial segue pela linha de divisas das glebas 15 e 23 até o Rio Caracol, sobe por este o prolongamento da Estrada Fazenda Santo Antonio, deste ponto em linha reta e seca numa distância aproximada de 1.500 metros até a Estrada Fazenda Santo Antonio, segue por esta até a BR-272, por esta até a linha de divisa das glebas 10 e 13, por esta linha de divisa rumo Norte-Sul até a Estrada da divisa GO 190 (divisa intermunicipal com Janiópolis), segue por esta até a ponte no Rio Comissário ou Vieiras, desce até a linha de divisa das glebas 15 e 23, ponto inicial e final".

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERIMETRO URBANO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE:

"Inicia no encontro da Avenida Um com a PR-472. Segue pela PR-472 até a quadra 3, contornando-a e incluindo-a até a Rua Dois, por esta até a Rua Um, Rua Um até a Rua 6, Rua 6 até a Rua Morta (que é divisa do lote Rural 75), Rua Morta até a Av. Um, Av. Um até a Rua Morta 2 (que é divisa do lote Rural de Sebastião Moreira), Rua Morta 2 até a quadra 28, segue até o canto da quadra 28 (incluindo-a) e deflete incluindo a quadra 29 até a Rua 3, deste ponto segue no mesmo rumo da Rua 3 até a quadra 60, contornando-a e incluindo as quadras 60, 61 e 62, deste ponto segue rumo Norte até o encontro da Av. Um com a PR-472, ponto inicial e final".

Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições

em contrário.

Sala das Sessões, em 12.11.91

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

A proposição do presente plano de Lei em tela, tem por finalidade atender aos preceitos Constitucionais dispostos na Carta Magna Federal, Estadual e no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no Capítulo que versa sobre a criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios.

Segundo o texto Constitucional Federal, no seu Artigo 18, parágrafo 4º, da Organização Político-Administrativa, "a criação do Município preservará a continuidade e a unidade Histórico-cultural, far-se-á por Lei estadual, obedecidos os requisitos previstos em Lei Complementar Estadual, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas".

O Artigo 5º, da Lei Complementar Estadual, dispõe que "somente será admitida a elaboração da lei que cria o Município, se o resultado do plebiscito lhe tiver sido favorável pelo voto da maioria simples, exigindo-se o comparecimento da maioria absoluta do eleitorado".

Por extensão, o Artigo 238, parágrafo 4º, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná, regulamenta que após "recebida a comunicação do resultado do plebiscito, através de Certidão do Tribunal competente, a Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, dentro de dez dias, elaborará o projeto de lei".

Com base nestas disposições, o artifício do "Ad referendum", vem sendo constantemente interrogado sobre sua validade jurídica-constitucional, junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, através de Mandados de Segurança, impetrados pela Municipalidade a ser desmembrada.

Esses respectivos processos, tendem a retardar o desejo de emancipação da comunidade, haja vista que os Doutos juristas têm posto em dúvidas a legalidade do condicionamento de uma lei a um fato ainda por ocorrer. Nesse aspecto, o presente Projeto de Lei surge oportuno.

Com a revogação da Lei em vigor, anula-se o espaço aberto para impetração de inconstitucionalidade, haja vista que o Distrito de Rancho Alegre D'Oeste, preenche todos os requisitos exigidos pela Lei.

Com a revogação da Lei anterior à Consulta plebiscitária, tem efeito nesse caso, apenas a Resolução que autorizou a realização do plebiscito, e então o processo segue seu rito normal de tramitação, voltando à Assembleia Legislativa acompanhado do resultado oficial do plebiscito, para ser oficialmente legalizado através



de Projeto de Lei da Conceituada Comissão de Constituição e Justiça desta Egrégia Casa de Leis.

Face as exposições arroladas, esperamos contar com o apoio, aliado notadamente ao profundo espírito democrático dos Nobres Deputados, também compreendendo a necessidade do Distrito de Rancho Alegre D'Oeste, tornar-se autônomo Político-Administrativamente.

Nesta mesma linha de articulações, estariam os inclitos Parlamentares, evitando arguições de inconstitucionalidade, notadamente, atenderiam os mais profundos desejos da população do Distrito de Rancho Alegre D'Oeste, no que tange aos seus direitos Democráticos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrada a Leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Na semana passada o Senado Brasileiro analisou o plebiscito, analisou a antecipação do plebiscito do Parlamentarismo. No primeiro turno foi aprovada a antecipação por 53 votos e no 2º turno, tal proposta de antecipação foi rejeitada, precisando ter 49 votos, obteve simplesmente 46 votos.

O Presidente da República Fernando Collor de Mello, foi para a imprensa e chamou de miliantes aqueles que votaram contrário a antecipação do plebiscito.

O seu porta-voz, numa postura de quadrilheiro, Sr. Claudio Umberto Rosa e Silva, não negando em nenhum momento, essa postura marginal e de partido que a ele tem sido imputada como porta-voz da Presidência da República acusou de miliantes Luiz Ignácio Lula da Silva, Presidente do Partido dos Trabalhadores e Jair Meneguelli, Presidente da CUT.

Basta ler toda a imprensa nacional e lá deixar claro que quem articulou a votação contrária foi o Ministro Jarbas Passarinho a pedido do próprio Fernando Collor de Mello.

O Ministro articula e derrota a antecipação do plebiscito, a pedido do Presidente. E, este vai para a Imprensa e chama de miliantes os que votaram contrário. Quem será que é o miliante; quem será que é o quadrilheiro? O Presidente e seu porta voz, ou o Sr. Ministro que a pedido articulou a derrota da antecipação do plebiscito ou os dois companheiros da CUT e do PT, Lula e Jair Meneguelli, que não tem voto naquele Parlamento, e o único representante do Partido dos Trabalhadores Eduardo Suplicy, votou favorável a antecipação.

Collor ainda declara em entrevista na

"Folha de São Paulo", que é lamentável termos perdido uma oportunidade de reafirmação de um sistema que é tão adequado à modernidade.

Esse é o comportamento do Presidente da República, comportamento já esperado por boa parte da sociedade. O Collor de Mello quando candidato, agiu desonestamente, agiu irresponsavelmente e agiu como quadrilheiro em vários momentos da Campanha.

Na vida pública como Prefeito indicado de Maceió, como Parlamentar e como Governador do Estado de Alagoas, sempre foi omisso nas questões políticas e nas questões morais do nosso País. Sempre teve uma postura de direita, fascista e autoritária, e não seria diferente e não está sendo diferente na Presidência da República.

Hoje, a nível de Brasil e a nível, de Presidente da República, o que nós temos é a corrupção deslavada, é o descrédito político, é a família da 1ª Dama envolvida em assassinatos, é a família do Presidente e seus amigos envolvidos em falcatrues, brigas, tiroteios e assassinatos, no Estado de Alagoas.

Diz o Presidente que não queria a antecipação do plebiscito porque poderia ter um encurtamento do seu Mandato. Pois com tudo que está acontecendo no País, com tudo que acontece no Palácio do Planalto, na Presidência da República, não teria outra razão a sociedade e nós ansiamos por isso.

Hoje nós queremos dizer se o Presidente Fernando Collor tiver vergonha na cara, e se for honesto deve renunciar! Como ele não é honesto e não tem vergonha de constatar a realidade que temos no País, nós temos que trabalhar para que seja feito o impeachment do Sr. Presidente, porque ele não tem condições de governar a Nação brasileira, porque estamos indo à beira e ao caos total!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados:-

O Paraná assistiu, há pouco tempo, a denúncia, ou melhor a abertura dos porões da repressão. Dizia em todos os jornais, em todos os meios de comunicação deste País, sobre este feito político tido aqui no Paraná e tendo como autor desta façanha o Governador Roberto Requião. E o Paraná, o Brasil inteiro aplaudiu essa iniciativa, que sabemos outros Estados também procuraram imitá-lo.

Mas, os porões da repressão não foram totalmente abertos e isto está registrado



nos órgãos de imprensa do Paraná que procuram trazer a verdade, porque a porta ficou entreaberta, ainda faltou a verdade sobre esta realidade dos porões da repressão; deste País! Mães, choram a ausência de seus filhos, a Nação brasileira reclama por aqueles que pagaram o preço, com suas vidas, pela desgraça que assolava a Nação brasileira! E na coluna da nobre jornalista Roseli, no Correio de Notícias de 5ª -feira, dia 7 de novembro de 1991, ela registra muito bem quando diz:-

"O Governador Roberto Requião está estarrecido. Ao examinar microfilmes de fichas da extinta DOPS, concluiu que desapareceram folhas do arquivo. Nos microfilmes que contêm uma versão integral dos arquivos aparecem exemplos terríveis de dedurismo explícito que levariam ao horror muita gente que foi presa e torturada. Ainda bem que os microfilmes preservam a História! E nós temos que trazer este assunto, que é de suma importância, ao conhecimento desta Casa, porque se aqueles porões foram abertos, se foi dada à sociedade o entendimento de que tinha direito de trazer a público esta realidade, por que estes documentos desapareceram, ou se apareceram, apareceram apenas pela metade.

E o mesmo Diário, na coluna de sexta-feira dia 8, coluna do nobre jornalista Eduardo Schneider, diz sobre os "ratos do porão" e registra, e esta Casa precisa, de fato, registrar nos seus anais porque vai fazer parte da história, por ter a Assembleia Legislativa do Paraná, registrado os fatos que ainda entristecem, que a sociedade brasileira não tem saudade em hipótese alguma, e com certeza, os nomes que desapareceram, as fichas desaparecidas do DOPS, provavelmente são dos medalhões, são dos graúdos, são daqueles que foram de fato...

Senhor Presidente, requeiro o horário do Bloco Independente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência passa a utilizar o horário do Partido Independente.

O SR. PAULO MAIA -...que foram, de fato, o sustento da repressão.

Diz, em alguns pontos, esta matéria: (LE). (Fotocópia anexa).

Causou espécie, ontem, nos meios políticos, a informação revelada com exclusividade pela colunista Roseli Abrão, sobre a existência de um fichário microfilmado contendo os nomes dos principais informantes da polícia política nos tempos da pouco saudosa "Redentora".

O nome dessas figuras (os delatores), embora suscitado, nunca pode ser comprovado de forma documental na maioria dos casos. O motivo é simples: a partir de um

certo momento, os agentes da repressão política passaram a omitir os nomes dos "dedos-duros" das fichas dos "nominados".

Essas figuras, ao contrário do que se possa imaginar, não eram, em sua maioria absoluta, profissionais da repressão. Geralmente esse tipo de Judas políticos muito pouco se diferenciava dos mortais comuns exceto evidentemente, pela absoluta falta de caráter de escrúpulos; pelo preconceito ideológico levado ao paroxismo paranóico e patologias diversas.

Já era tempo, aliás, para que algum autor (um brasilianista, provavelmente, já que os da terra preferem jogar seu talento fora com as peraltices sexuais da Zelía), se debruce sobre o assunto. É um tema um tanto quanto o sinistro, mas o esquisito mundo dos alcaguetes deve render matéria-prima para uma obra de desnudamento social.

Quem teve acesso a partes dos nomes constantes nos microfilmes assegura que o material é capaz de virar estômagos pouco sensíveis.

As listas não se restringem aos nomes previsíveis, dos direitistas de carteirinha, dos congregados marianos, dos telepistas e galinhas verdes.

Denúncias, que levaram muitos à prisão, não poucos à tortura e alguns à morte, foram muitas vezes formuladas pelos personagens mais insuspeitos.

Alguns gostavam de posar de "esquerdistas", heróis da resistência, e, segundo se diz, muitos posavam de ex-presos políticos e até torturados pela "Ditadura".

Foram os aproveitadores desse momento, crítico e crucial para se dizer ou para se tachar ou para se autodenominar aqueles que tiveram coragem de enfrentar o regime ditatorial quando na certeza, eram eles os "dedos-duros" que levaram mães a terem filhos desaparecidos e a Pátria até hoje, deve essa justificativa ao povo brasileiro e neste caso aqui, ao povo do Paraná.

"Alguns gostavam de posar ..." é uma questão em aberto se uma sociedade pode conviver consigo mesmo, enquanto esse tipo de chaga estiver aberta. É um fato inesperado que a possibilidade de um mergulho nesse tipo de submundo esteja pela primeira vez acessível dependendo apenas da tomada de uma decisão de caráter político administrativo".

Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu tenho certeza que assim como Sua Excelência, o Governador Roberto Requião, teve coragem de começar a abrir a porta para que se conhecesse as verdades da repressão, ele também entrará neste jogo para que as portas fiquem totalmente abertas; fiquem escancaradas ao povo do Paraná para que se conheça a verdade dos fatos, para que se traga ao conhecimento da so-

cidade paranaense e brasileira os verdadeiros dedos-duros, que com certeza, para acobertar suas falhas, para acobertar as suas fraquezas, se faziam passar por espíões, se esquecendo das consequências que o seu dedo durismo traria à família paranaense e à família brasileira. Por isso, neste momento, nós queremos aqui nos somar a esta colunista, a este diário; e com certeza a imprensa do Paraná, a imprensa brasileira fará destacar periodicamente nesses diários esta situação, trazendo à tona os nomes e a verdade dos fatos para que de fato se desmestifique, para que de fato conheçamos os verdadeiros formadores do locausto da vida brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhores Deputados e Senhora Deputada, o nosso objetivo hoje aqui é encaminhar, justificar a esta Casa os Requerimentos que a Bancada do Partido dos Trabalhadores entrega hoje para apreciação em Plenário e que se destinam ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, bem como ao Desembargador, Presidente também do Tribunal de Justiça daquele Estado e demais autoridades do Estado do Pará.

Os Requerimentos basicamente trazem uma moção de repúdio pelo fato da Assembleia Legislativa do Pará ter negado através do Instituto da Imunidade Parlamentar licença para que um Deputado, conhecido como Vavá Mutran, pudesse depor perante a CPI da violência do campo, a CPI instaurada pelo Congresso Nacional.

Temos no Estado do Pará ameaçados de morte, exatamente por um Deputado Estadual, conhecido como Vavá Mutran, quatro Vereadores, Raimundo José de Souza, do PSB; Julia Maria Ferreira Rosa, Miguel Gomes Filho, Vanda Régia Américo Gomes, do PDT; também ameaçados de morte estão os Deputados Zé Carlos Limas, e Edmilson Rodrigues, ambos do PT. Tais ameaças foram feitas pelo referido Deputado publicamente perante o comitê de imprensa da Assembleia Legislativa do Estado do Pará e, basicamente, essas ameaças decorreram do fato desses Parlamentares terem tornado público através da Tribuna várias denúncias gravíssimas que são imputadas a esse Deputado. Consta de autos de processo policial-judicial da Comarca de Marabá que o Deputado Vavá Mutran foi acusado por ser o mandante de uma chacina ocorrida dia 13 de junho de 85, onde foram eliminadas nove pessoas, incluindo uma criança e uma mulher grávida, uma criança de treze anos e uma mulher grávida. O ex-motorista também

do Deputado, o motorista Joatan Ribeiro Lima, em depoimento à CPI da Câmara Federal, informou que Vavá Mutran é responsável por vários assassinatos, inclusive presenciados pelo próprio. E o que é mais grave, este ex-motorista chegou a descrever uma cena que imaginávamos não mais fazer parte da vida do nosso País. Quando sob a acusação de obter informações de duas meninas que trabalhavam como domésticas na casa deste cidadão, ele estuprou e matou, segundo depoimento do seu ex-motorista, duas crianças, com requintes de bárbara violência, arrancando as unhas, fazendo as crianças cavarem a areia e a terra com as próprias unhas arrancadas e, posteriormente, vindo a eliminá-las.

São algumas das acusações que pesam sobre este Deputado.

Lamentavelmente neste País o Instituto da Imunidade Parlamentar criado para assegurar a inviolabilidade da manifestação do mandato popular, tem sido utilizado para se transformar em impunidade.

Mais do que isto, as notícias dão conta de que apesar de todos os indícios, todas as provas, todas as ameaças públicas feitas contra Parlamentares, contra pessoas do povo, assassinato de crianças, de mulheres grávidas, apesar disto tudo, de tantas provas, de tantos indícios, os processos judiciais que se encontra este cidadão que se esconde atrás de um mandato popular, se esconde atrás de sua imunidade parlamentar, infelizmente a própria Justiça do Estado do Pará tem sido cúmplice pela omissão na apuração destes casos tão graves.

Por isso que nós, do PT, solicitamos à esta Casa que aprove, embora em termos ruins, os nossos requerimentos, mas necessários, para que as autoridades do Estado do Pará estejam alertas e saibam que o Estado do Paraná está atento sobre o que ocorre naquele Estado. Não queremos ver repetidos episódios que já ocorreram naquele estado, como do Deputado Fontanelles, assassinado e até hoje seus mandantes, os seus assassinos, estão impunes. É contra este tipo de impunidade que gera este tipo de violência, este tipo de sadismo que tanto prejudica a sociedade brasileira, é que pedimos a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Liderança PT com a palavra. Senhor Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Na última quinta-feira usei desta tribuna me pronunciando a respeito de um tiroteio ocorrido na comunidade, no assentamento de Faxinal dos Silvérios no município de Pinhão, Pis-

toleiros, jagunços da então acusada madeireira Zattar, haviam adentrado num assentamento de lavradores numa área de 1 200 hectares com 31 famílias assentadas, já com decreto desapropriatório do Governo Federal. Estes pistoleiros, prendendo um agricultor, lhes colocando armas nas costas, no ouvido; ameaçando-o de morte e ameaçando-o de que se não fosse, se ele não convencesse os seus companheiros a desocuparem a área, voltariam e o matariam e tirariam na "marra" da área, nós aqui ao pronunciarmos também colocamos o problema de que na sequência esses pistoleiros chegaram até a escola local, uma escola construída pela Prefeitura do Município, legalmente, onde a professora estava lecionando tirotearam a escola, baleando uma aluna, uma menina de onze anos, que estava na sua escola realizando prova com os seus colegas.

Fizemos aqui esta denúncia, apresentamos nesta Casa um requerimento solicitando providências do Secretário da Justiça do Estado, das autoridades competentes em função do clima de terror que estava instalado naquela área, onde os lavradores não tinham mais e não têm condições de nem caminhar pelas ruas, de nem ir para a lavoura trabalhar e limpar o seu feijão plantado.

Na sequência, na noite seguinte ao tiroteio da escola, novamente os pistoleiros voltaram até a área fazendo novamente tiroteio para intimidar os lavradores, isto no dia 30 à noite.

No dia 05 último, se reuniram em Pinhão o Prefeito Municipal, Darcí Trolino, o representante do ITCF na Região, os dois padres da Paróquia, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Coordenador da Comissão Pastoral da Terra, o Coordenador da Pastoral Rural, além de um representante dos assentados. Esse documento realizado nesta reunião, traz inclusive a assinatura de Dom Albano Cavalin, Bispo de Guarapuava.

Este documento enviado ao Secretário da Segurança, pede imediato desarmamento dos pistoleiros e seus mandantes, garantia do direito de ir e vir aos acampados do local, segurança às famílias e aos seus filhos para que possam voltar a frequentar a aula, que até então está abandonada desde aquele dia e solicita ainda providências necessárias para que o inquérito policial tenha andamento e se puna os criminosos.

Na sexta-feira, eu recebi informação de que 5 caminhões carregados de pistoleiros estavam indo para a área novamente, ameaçando de que iriam despejar os lavradores lá assentados. Eu tive a preocupação de ter contato com o Secretário de Segurança, Dr. Favetti, após tentar localizar

em Curitiba não o encontrei, às 4 horas da tarde tive condição de conversar com o Secretário por telefone em Faxinal onde estava instalado o Governo itinerante do Estado e o Secretário me confirmou por telefone que havia designado, que já tinha recebido a informação, segurança para ir verificar o fato "in loco".

No dia 10, domingo último eu tive a preocupação de me dirigir até o local, 50 Kms de distância da Cidade de Pinhão, chegando ao local do assentamento fui informado por um pequeno comerciante da área, que naquela manhã haviam entrado para a área, para retirar madeira da área desapropriada onze caminhões da Madeireira Zattar.

Enquanto eu permanecia no local, eu percebi, eu vi com meus olhos um caminhão da Madeireira Zattar passar carregado de madeira de pinheiro tirada da área desapropriada, que é de propriedade e que é de domínio do INCRA, e mais 10 caminhões, segundo informações, estavam no local para virem carregados de madeira.

Eu fui com a intenção de me dirigir até o local, fui desaconselhado por três pessoas a não adentrar na área porque corria perigo de quem entrasse nessa área poderia não sair mais de lá. Eu não podendo entrar na área que estava sendo desmatada, onde os caminhões, motoserras, máquinas da Madeireira Zattar estava tirando madeira, rodei um pedaço da estrada e fui até a escola, onde foi realizado o tiroteio. Percebi com os meus olhos a porta da escola e as paredes crivadas de bala. Seguindo a frente, fui até a residência da menina que tinha sido baleada. Tive então a oportunidade de levar a menina até Pinhão para que na segunda-feira ela fosse medicada, porque ela deveria voltar na segunda-feira e não teria como sair desse local, porque há necessidade de levá-la 10 quilômetros a cavalo para poder pegar uma lotação para chegar até a cidade.

Enquanto eu permanecia no local, domingo à tarde, novo tiroteio acontecia num outro local, pelos menos bandidos da Madeireira Zattar e outra criança foi baleada, estando hospitalizada em Guarapuava, depois do nosso pronunciamento aqui, depois de documento enviado ao Secretário de Segurança e depois de ter ouvido por telefone do próprio Secretário, que teria designado um policiamento para a área. Estando lá no domingo seguinte, nenhuma providência havia sido tomada e os pistoleiros, os bandidos, os ladrões de madeira estavam lá tirando madeira da área.

O que custava, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o Secretário Favetti tomar um telefone de Faxinal, ligar para o Comandante da Polícia Militar de Guarapuava, que está a 50, 80 quilômetros do lo-

cal, e mandar tomar providências desse fato. Ele esperou que mais uma criança fosse baleada e até hoje, pelas informações, nada foi providenciado e continua o clima de guerra, o clima de terror, que os lavradores e as suas famílias estão fugindo da sua propriedade, do seu sítio, para poder se livrar de bandidos desta qualidade, desta forma, mandados por uma madeireira.

Para concluir, Senhor Presidente, o Secretário me disse por telefone que os sem-terras estavam tirando madeira daquela área e que dois haviam sido presos. Senhor Presidente, eu peço mais um minuto para informar esse ocorrido: os agricultores sem-terras, com ordem do ITCF estão tirando e aproveitando a madeira caída no chão porque a Madeireira Zattar tirou toda a madeira aproveitável, e dessa madeira já estragada provavelmente, estão fazendo palanques para vender e poder com isso comprar o seu açúcar, o seu sal e alimentos para os seus filhos que já estão passando fome, e há 90 dias não chega do Governo do Estado, conforme acordo firmado, a cesta básica de alimentos para eles. E eles estão sendo obrigados a vender palanques para poder comprar e não morrer de fome.

E esses palanques que eles vendem a um pequeno comerciante, que lhes fornece o alimento, o açúcar, o sal, a farinha; quatro cargas desses palanques foram roubadas de dia com 30 pistoleiros guarnecendo os caminhões, roubando esses palanques do pequeno comerciante que havia trocado esses palanques por alimentos para sustentar os sem-terras. O Secretário me disse que esses sem-terras estão roubando madeira e, por isso foram presos 2: não foram presos, foram seqüestrados por bandidos da madeireira, que interceptaram um caminhão e balearam um motorista e levaram um lavrador preso a delegacia que se encontra até hoje, quando eles não tinham autoridade para prender ninguém. Nesses o Secretário de Segurança acredita, mas para prender os bandidos que estão roubando 10 cargas de madeira por dia o Secretário não tomou providência.

Nós estamos apresentando à Mesa desta Casa um requerimento pedindo a formação de uma Comissão para ir até o local e desafiar os Deputados para comparecerem amanhã lá para que as providências sejam tomadas urgentemente, para que amanhã não tenhamos que denunciar as crianças que...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra o Senhor Deputado Colombino Grassano.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados. Procurei por várias maneiras, por algumas vezes, levar ao conhecimento da au-

toridade maior deste Estado, o que está ocorrendo com relação à discriminação ao Município de Arapongas. Nesses oito meses em que estamos em trabalho legislativo, tenho acompanhado de perto todos os pronunciamentos dos Senhores Deputados. Procuro, não por um dever, mas por respeito a cada um que vem à tribuna, ouvir o seu pronunciamento, a sua mensagem, a sua reivindicação, a sua crítica, porque assim estou cumprindo também o meu papel de Deputado Estadual, sendo fiel àqueles que para aqui me remeteram.

Fiz ver ao Sr. Deputado Orlando Pessuti, da necessidade de o Governo liberar de "incontinenti" a verba do PEDU para o Município de Arapongas. Venho então, trazer ao conhecimento desta Casa, esse fato grave. Até onde a minha paciência permitiu esperar, eu esperei, até onde pude explicar à população de Arapongas, expliquei, mas chegou a um momento em que não posso adiar mais o meu pronunciamento. Responsabilizar diretamente o Sr. Chefe da Casa Civil, do Governo do Estado, por estar retendo, na sua Secretaria, desde o dia 27.07, uma parcela do PEDU para o Município de Arapongas. Responsabilizar o Sr. Secretário do Desenvolvimento Urbano, por reter na sua Secretaria, outra parcela do PEDU, desde o dia 27 de julho do corrente ano. Levei ao conhecimento, Senhor Presidente, Senhores Deputados, ao Senhor Presidente dessa situação incômoda para o Município de Arapongas. Da mesma forma como cumprio o meu dever para com o Estado do Paraná, da mesma forma como sou assíduo às reuniões plenárias, com a mesma responsabilidade com que compareço e convoco as reuniões da Comissão de Constituição e Justiça, eu acho que devo merecer por parte do Governo do Estado, o mesmo respeito, a mesma atenção e a mesma consideração. É grave esse fato. Nós temos apenas duas pessoas a quem reclamar: ao Senhor Governador do Estado para que determine a chefia da Casa Civil, a entregar ao Município de Arapongas a parcela já assinada pelo Banco do Estado do Paraná e ao Senhor Secretário do Desenvolvimento Urbano, para que proceda da mesma forma, porque os dois projetos estão devidamente apresentados, estão com toda a documentação exigida pelo poder público, e o atraso no seu cumprimento, traz consideráveis prejuízos à comunidade de Arapongas. Senhor Presidente, Senhores Deputados, o destino desse dinheiro não será para fazer fonte luminosa na Cidade de Arapongas, não será aproveitado esse recurso para gastar dinheiro com a mídia brasileira. Será a primeira parcela, destinada às galerias de águas pluviais e à pavimentação asfáltica para um conjunto residencial mutirão, construído no Município de Arapongas, onde a parcela

mais carente da comunidade de Arapongas, assiste ao drama do pô no verão e o drama da lama no inverno e a segunda parcela se destina a outro segmento da comunidade de Arapongas: é a complementação do 4º parque industrial do Município de Arapongas, para gerar mais recursos e mais empregos para melhor ainda, aumentar a renda de cada cidadão do meu Município. Ou o Senhor Governador do Estado toma providências enérgicas junto ao seu Secretário de Desenvolvimento Urbano, Deputado Homero Oguido e junto ao Senhor Chefe da Casa Civil, Deputado Caio Quintana, eu terei que usar os instrumentos de que eu disponho e que o Município de Arapongas dispõe para solicitar providências do Banco Mundial em Washington onde haveremos de reclamar o cumprimento de um contrato que deve ser cumprido pelo Governo do Estado. Porque em última análise Senhor Presidente, Senhores Deputados o PEDU, nada mais é, do que um empréstimo do Banco Mundial para os municípios paranaenses, onde de contrapartida, o município deve oferecer 25%. E, o dinheiro do Município de Arapongas a contrapartida para os projetos do PEDU, esse dinheiro já está depositado desde o dia 01/07, no Banco do Estado do Paraná, onde o Município de Arapongas é um dos grandes depositantes para demonstrar o seu respeito à Instituição Financeira mais importante desse Estado.

Essa providência Senhores Deputados julgo ser necessária que o Senhor Governador tome providências, porque se assim não o fizer, ele será responsável diretamente com esse lamentável acontecimento que está ferindo os brilhos e a dignidade do povo do Município de Arapongas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PST, com a palavra.

(Declina).

PFL, com a palavra.

(Declina).

PDT, com a palavra. Concedo a palavra ao Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, paranaenses presentes a esse recinto. Na verdade ontem eu não entendi o Senhor Líder do Governo, pedindo para discutir o Projeto de Requerimento que esta Liderança dirigiu e o Procurador Geral da República e ao Procurador Geral do Estado, pedindo providências legais, contra a incidirosa campanha que uma pretensa associação de defesa do contribuinte está espalhando pelo Estado, contra o pagamento de Impostos.

A campanha se compõe de 30 out-doors, que dizem "Impostos, porque pagar, geram corrupção, miséria e empreguismo".

Ora, Senhor Presidente, Senhores Depu-

tados, não se entende se o Líder do Governo, ou se o próprio Governo são anarquistas, eu não sabia essa descendência, não sei se os Pessuti descendem de antiga Colônia Cecília, de experiência Anarquista que se estabeleceu lá na Palmeira dos Índios do século passado, a pedido do Imperador D. Pedro II, numa experiência que depois fracassou.

No entanto, volve o Governo dos Impostos, vivemos nós esta Assembleia, este Poder aqui se gasta na manutenção desse Edifício e deste Poder perto de 2% da arrecadação Estadual; na administração da Justiça se gasta 3%, na administração da Segurança Pública para o Orçamento do ano que vem, se propõem o gasto de 7%, da arrecadação estadual.

De repente, tende a se confundir a cabeça do povo, ainda mais, tende a se meter na cabeça do povo que o Imposto é desnecessário, e será que por correlato a sonegação será abençoada? Toda a sonegação será abençoada; o público se torna sinônimo de ineficaz, de podre, de mal administrado, e o privado se torna sinônimo de eficiente. Ora, quando destes eficientes privados nós vemos nas listas dos grandes devedores da Fazenda Pública. Quantos capitães de indústrias, brilhantes, inclusive no convívio social, eloquentes no discurso liberal, superado do século XVIII, estão devendo mais de um bilhão, dois bilhões de cruzeiros à Fazenda Pública, por sonegação de ICM!

Senhor Presidente, Senhores Deputados, não se pode ser contra a empresa privada, a social democracia, o Brasil que nós merecemos nasce do prestígio à empresa privada, mas não se pode compactuar com a anarquia que pretende desautorizar o Poder Público, esmagar o Poder Público e assim tornar o povo cada vez mais desprotegido!

Quem pagará a Justiça de Trabalho, se não houver mais arrecadação de impostos?

Quem pagará a defesa judiciária gratuita?

Quem manterá o sistema de Saúde dos Centros de Saúde do Estado?

Quem manterá e assegurará a educação das crianças?

Quem manterá esta trincheira de liberdade, que é esta Assembleia?

Quem manterá ímpolutos, incólumes, livres para poderem decidir os Juizes? E, em não se arrecadando impostos, quem administrará as justiças?

Ficarão a Justiça a cargo das empresas? A cargo dos detentores de capitais? Quem dará a sentença que assegure ao muito pobre o mesmo direito do muito rico?

Não tem cabimento o líder do Governo pedir para discutir um requerimento meu, a favor do Estado, do aparato do Estado, a favor da arrecadação e contra a sonegação!

Eu me sinto ofendido, como paranaense, como Deputado, como membro da estrutura pública, como eleito por mandato popular, com o pedido de discussão do Senhor Orlando Pessuti. Ofende Sua Excelência também o Governador que precisa arrecadar, para poder governar!

A discussão, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a propósito da ineficiência do Governo da República, não funciona a Segurança Pública, não funciona a Educação, não funciona a Saúde, o governante é mau, esta discussão não passa pela discussão daquilo que é de bem comum! Nós temos que assegurar o princípio de bem comum, o Governo existe para a busca de bem comum, para a construção de igualdade, de oportunidades entre todas as pessoas! Não é a desmoralização dos instrumentos públicos de Governo que vai levar este País a sair do buraco, este out-door empurra o País no buraco, ao invés de ascendê-lo para esperança e de puxá-lo para cima!

Se o Presidente da República vai desmoralizado, se vai a sua reputação para baixo ainda do nível aonde rastejam os répteis, é porque está governando mal. O País, mas isso não quer dizer que se deva renegar a República, que se deva negar os instrumentos de liberdade pública, de asseguuração dos direitos humanos, que todos nós juramos defender!

Senhor Líder do Governo, a discussão do meu requerimento coloca a Constituição do Estado sob suspeita. Eu gostaria de ouvir uma manifestação de Sua Excelência de concordância com o meu requerimento, porque nós não podemos, de maneira nenhuma, questionar o direito constitucional do lançamento dos impostos. Podemos sim, questionar como são aplicados, e devemos questionar se não são lançados em excesso! Mas agora mesmo, Senhor Líder do Governo, há duas mensagens, na Assembleia, do Governo, que V. Exa. representa, aumentando as alíquotas de impostos sobre telefone, sobre energia elétrica, sobre combustíveis, de álcool e de gasolina. Há uma mensagem aumentando as alíquotas em cima dos produtos importados. Essas lojas de produtos importados, que é uma outra asneira do Brasil, come-se queijo da França quando se devia comer queijo de Carambei, e o Brasil paga em dólares sobre isso. Nunca o mercado foi tão variado em Curitiba, toda sorte de asneiras do Paraguai, da Europa, dos Estados Unidos vêm para este País, que continua, lamentavelmente, sendo o País da sobremesa, o País da produção do café, do açúcar, enfim, nunca o País dos insumos básicos, o País dos brasileiros, o País que nós merecemos.

Revolta-me que um setor empresarial questione o próprio funcionamento do Estado. Eu não sou corrupto, os Senhores Deputados,

na sua maioria, não são corruptos! A miséria e o empreguismo não são decorrência da prática política desta Assembleia, o dinheiro dos impostos paga a excelente administração dos Prefeitos do PDT no Paraná, o dinheiro dos impostos paga a cabeça que pensa o "Ligeirinho", a cabeça que instala as creches, a cabeça que instala as escolas de Curitiba, a cabeça que imagina o nosso sistema de 57 centros de saúde impecáveis; o dinheiro dos impostos paga a cabeça que delimitou o Parque do Passaúna, que assegura a água potável para o povo de Curitiba, paga a conservação da nossa história e da nossa memória, a educação das nossas crianças; o dinheiro dos impostos paga o Governo de Curitiba, que coloca inveja no Governo de Nova York, que é a melhor cidade do mundo, pelo menos em termos de pompa, de estruturação, até para as categorias privatistas e capitalistas de pensamento. Se nós, pagos com o dinheiro dos impostos, conseguimos fazer esta cidade, que é uma luz capaz de iluminar o Brasil, porque nós vamos questionar agora a própria República? Anarquia não! A experiência anarquista foi cancelada, quando depois da morte de Rossi, um dos velhos italianos anarquistas, fugiu com a caixa de pecúlio comum da colônia Cecília. Anarquia jamais, nós queremos a democracia assegurada, a Constituição respeitada, o Paraná forte e os impostos entrando no tesouro para fazer funcionar, inclusive esta Assembleia, inclusive para acionar a voz, que é necessária cada vez no seio dos Deputados em defesa da maioria do povo. E a maioria do povo não é sonegadora, a maioria do povo, no feijão, no arroz, no cigarro, no vestuário, no salário, paga impostos e a favor deles. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PRN.

(Declina).

PS DB.

(Declina).

PM DB.

Com a palavra o nobre Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, apenas para algumas considerações e esclarecimentos e proposta de proposta doravante.

Com relação à manifestação do Deputado Ovídio Constantino, nós entendemos até em algum momento motivação da parte do Deputado para todo o esbravejamento adotado na tribuna desta Casa. Nós queremos informar ao Deputado que não há necessidade de desafiar este ou aquele Parlamentar para este ou aquele compromisso no dia de hoje ou de amanhã, porque esta Casa já deu exemplos de sua postura em favor dos sem-terras, em favor da causa da terra no Paraná



quando aqui se formou uma Comissão suprapartidária presidida pelo Deputado Toti Colaço, e que no exercício das atribuições a ela conferida resolveu problemas, encontrou soluções. Então, não há necessidade de vir a esta tribuna com ares de demagogia, tentando desafiar esse ou aquele Parlamentar para adotar esta ou aquela postura, a Assembleia já adotou; e adotou também o Governo do Estado, acerca deste assunto que foi levantado pelo Deputado Ovídio Constantino, dos problemas havidos na Região de Faxinal dos Silvérios, Município de Pinhão, já designou delegado especial para cuidar deste fato e o mesmo já está trabalhando no assunto. Então, não há necessidade de vir aqui falar coisas, muitas vezes fora da temperatura do momento que está sendo vivido.

Com referência às alegações do Deputado Colombino Grassano, nós queremos, Deputado, assumir aqui um compromisso com Vossa Excelência de que iremos averiguar as denúncias que Vossa Excelência traz a esta Casa de que estaria havendo discriminação contra o município que Vossa Excelência representa, o município de Arapongas. Nós temos ouvido constantemente da boca do Governador Roberto Requião e temos assistido através dos gestos de seu Governo um atendimento universal aos interesses dos municípios do Paraná. Vamos, em cima daquilo que Vossa Excelência nos traz, buscar as informações e procurar contribuir para a solução do problema.

Quanto à manifestação do Deputado Rafael Greca de Macedo, quero dizer que embora até tendo lido um pouco sobre Colônia Cecília, cuja experiência anarquista, de certa forma é estimulante para muitos de nós, principalmente aqueles que tiveram a oportunidade de assistir a mini-série que passou na televisão, e tendo lido e conversado muito também a respeito de uma outra experiência que também seria anarquista, a de Jean Maurice Fèvre, nos campos de Guarapuava e posteriormente na localidade hoje conhecida e denominada de Teresa Cristina, em homenagem à Sua Alteza a Imperatriz, lá pelos idos de 1946, quero dizer que não temos nenhuma vocação para o anarquismo. Temos vocação sim, para os cuidados que o Regimento da Casa nos recomenda. Quando não devidamente esclarecidos a respeito de um determinado assunto, ou quando não devidamente tendo entendido a leitura do requerimento, há um dispositivo regimental que nos faculta o direito de pedir para se discutir um determinado assunto, ou transferido para o dia seguinte, sem que isto represente uma postura, um posicionamento do Parlamentar, ou da Liderança, com referência ao assunto que está sendo proposto naquela sessão, naquele momento.

Quero dizer que de pronto obtivemos uma cópia do vosso requerimento e ainda ontem levamos ao conhecimento de Sua Excelência o Governador Roberto Requião, que mesmo sem a aprovação desta Casa, já determinou providências a quem de direito, para que tais "out-doors" não prosperem e que esta falha, este problema seja sanado.

Se tivéssemos ontem simplesmente concordado, sem uma prévia discussão, muitas vezes até naquele momento não sabendo direito o que estava sendo votado, apesar de todas as explicações feitas por Vossa Excelência, não teria ainda o Governador Roberto Requião tomado ciência deste documento; porque sabemos que existe uma tramitação, aprovado ontem, hoje iria para a datilografia, amanhã para as assinaturas e, provavelmente só na segunda-feira este requerimento, encaminhado através de um ofício da Primeira Secretaria e da Presidência da Casa, chegasse ao Governador. Quando em função daquilo que Vossa Excelência atribui como uma atitude errada de nossa parte, a vossa reivindicação já chegou ao conhecimento do Governador na tarde de ontem e as providências já foram adotadas.

Quero dizer aqui que, embora não concorde com os argumentos de Vossa Excelência, com os gestos, ou coisa parecida, que concordamos e vamos votar a favor do requerimento proposto por Vossa Excelência, por entendemos que ele é justo, é perfeito e é correto para o momento que estamos vivendo no Estado do Paraná.

E dizer mais, que o Governador mandou sim uma mensagem à Assembleia aumentando as alíquotas de alguns produtos, combustíveis, gasolina e álcool combustível e tarifa sobre as telecomunicações. Mas também é bom que se diga para que todos tenham conhecimento, que na mesma mensagem que propôs o aumento da alíquota destes produtos, que na grande maioria são utilizados por quem tem poder aquisitivo, telefone, álcool e gasolina, propôs também Sua Excelência o Governador, o rebaixamento para 7% das alíquotas dos produtos que integram a cesta básica, estando aí incluídos a carne, o arroz, a farinha de mandioca e tantos outros.

Então não é só o aumento de tributos que o Governador está propondo. Ele está propondo também a redução dos produtos que compõem a cesta básica, de forma a permitir que os produtores possam receber o melhor serviço e os consumidores possam pagar menos pelo produto que foi tributado.

O Sr. Rafael Greca de Macedo - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento).

Da parte da bancada do PDT Sua Exce-

lência o Governador tem o apoio com relação à diminuição da alíquota sobre os produtos referentes à cesta básica.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Com referência, já que estamos falando sobre este assunto, queremos informar aqui, e o Deputado José Tavares já deve ter participado ao Presidente da C.C.J., se não o fez faremos agora, em seu nome Deputado, que há questão de minutos mantivemos contato com a Secretaria da Fazenda, reivindicando a presença do Secretário Heron Arzua, para uma reunião extraordinária da Comissão de Justiça de forma a propiciar o parecer por parte do Deputado Nelson Justus que é o relator dessa matéria que diz respeito à cesta básica e desses outros produtos já mencionados e desta forma nós podemos já na semana que vem apreciar em plenário esse projeto.

Então estamos apenas aguardando a confirmação, mas as providências já foram tomadas pelo Deputado José Tavares.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - RTB. (Declina).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Necessita de apoio. -Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. Necessita de apoio. -Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Plauto Mirô Guimarães, constante do expediente, comunicando sua ausência nos dias 12, 13 e 14 do corrente mês, para atender solicitação de autoridades da região dos Campos Gerais.- A Diretoria Legislativa, para anotar.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Resolução nº 060/91.- Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Dalton Machuca, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei nº 483/91.- Aprovado.

De conformidade com os requerimentos de Preferência de votação, acima aprovados:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 060/91, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, autoriza a realização de plebiscito, para que a população decida sobre a criação do Município de Saudade do Iguaçu, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 483/91, de autoria do PODER EXECUTIVO - MENSAGEM Nº 101/91, autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ponta Grossa, os imóveis e propriedades do Estado conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 019/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, autoriza a realização do plebiscito, na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do Município de Carambei. Com PARECER FAVORÁVEL da C.G., por unanimidade. **APRECIAR NESTE TURNO O SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO. Aprovado. O projeto irá à Redação Final.**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 077/91, de autoria do Deputado CAITO QUINTANA e OUTROS, cria a Comissão responsável pela política de aplicação dos recursos no artigo 142 da Constituição Estadual e define a sua alocação e gestão pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, na forma que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F.. **APRECIAR NESTE TURNO A EMENDA DA C.C.J. Em votação a Emenda.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) - Senhor. Presidente, na tarde de ontem ao analisarmos o Projeto de Lei Complementar nº 77/91 de autoria do Deputado Caíto Quintana e com emenda substitutiva geral do Deputado Neivo Beraldin e emendas modificativas e aditivas de outros Senhores Deputados, entendemos que inadvertidamente, aprovamos uma emenda àquele projeto de lei e digo inadvertidamente porque, quando da discussão do projeto e tendo em vista ao momento acalorado que vivíamos de discussões, analisamos apenas e tão somente o mérito da proposta e como estávamos discutindo até aquele momento a questão de vinculação de recursos ou dos "royalties" para essa ou aquela entidade e quando surgiu a emenda que tinha sido assinada pelo Deputado Durval Amaral, pelo Deputado Corazza e depois havia sido modificada por iniciativa da CCJ, analisando apenas o mérito

naquele momento, entendíamos que não tinha maiores problemas e demos a aprovação àquela emenda, mas ao final da Sessão solicitamos a nossa assessoria, que estudasse melhor o assunto e temos aqui, o que entendemos ser o correto nesse momento.

(1ª) (fotocópia anexa)

PAUTA DA ORDEM DO DIA DA SESSÃO PLENÁRIA DE 12.11.91.

P A R E C E R:

O Plenário aprovou, na tarde de ontem, emenda modificativa corretiva ao Art. 3º, § 6º, do Projeto de Lei Complementar nº 077, com a seguinte redação:

"§ 6º. São inelegíveis para compor a Comissão Paritária as pessoas indicadas pela prática de quaisquer fatos delituosos definidos e tipificados no Código Penal Brasileiro ou incriminados na legislação penal especial." Deve-se antepor a tal texto o que dispõe a Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso LVII:

"LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;"

Do exposto verifica-se a contradição entre o texto da emenda aprovada e a norma constitucional. Determinar em lei que qualquer pessoa, pelo simples fato de ter sido indiciada pela prática de fato delituoso, torna-se inelegível para qualquer cargo ou função, é negar validade à Constituição. O indiciamento é procedido através de uma peça de caráter administrativo, o inquérito policial, que não se configura no devido processo legal, muito menos em condenação. Não existindo esta, não existe como estabelecer-se a discriminação pretendida. Se o objetivo da emenda é proteger a incolumidade moral da Comissão, dever-se-ia procurar outra forma, que não a inclusão de um parágrafo flagrantemente inconstitucional.

Não se trata de matéria de iniciativa privativa do Governador. Portanto, tal aspecto é constitucional. Quanto ao mérito da matéria, deveria haver sido feita uma consulta à Secretaria envolvida para a verificação da conveniência. E depois tem mais uma série de argumentos.

Eu não quero aqui questionar o mérito da Emenda que está sendo proposta porque nenhum de nós e acreditamos, gostaria de ver integrando uma comissão paritária de envigadura, como será essa, junto ao FDE para regular e disciplinar as questões ligadas aos "royalties", mas o nosso modo de entender existe uma Lei Maior, que é a Constituição Federal, que estabelece que "ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença final condenatória". E se nós adotássemos na nossa Lei Complementar uma medida como essa, no meu modesto entendimento e daqueles que

nos assessoram estaríamos frontalmente contrariando um dispositivo maior, que é a Constituição Federal.

Por essa razão votaremos hoje, contra a Emenda aprovada no dia de ontem.

O SR. ERNANI PUDELL - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A favor ou contra?

O SR. ERNANI PUDELL - A favor da Emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Então, pode falar Vossa Excelência.

O SR. ERNANI PUDELL - Data vênua, eu quero discordar do posicionamento do ilustre Deputado Orlando Pessuti, mas nós analisamos esta Emenda e entendemos que ela no seu teor trazia uma sabedoria maior, mais adequada à realidade do nosso País do que o texto do Projeto original.

Este País aqui está cansado de ver inquéritos policiais que não dão em nada. Nós somos uma Nação que possui hábeis bacharéis e advogados que têm o poder não raras vezes de transformar criminosos delinquentes com provas robustas em impunes. Por quê? Porque a nossa Lei Penal e não poderia ser diferente é muito generosa quando se trata de salvaguardar os interesses e os direitos dos acusados. Se para a Lei Penal vale esse princípio de que é melhor 10 ladrões soltos do que um inocente preso, e por isso a Lei Penal prevê uma série de mecanismos, uma série de recursos, o inquérito, o julgamento em 1ª instância, em 2ª instância, "habeas corpus", recursos para o Supremo. Tudo isso, e nós conhecemos a estrutura da Justiça, demanda anos e anos e até décadas, são processos em que pessoas estão sendo acusadas, cometeram crimes e não têm essa condenação transitada em julgado.

Vejam os Senhores, que nós estamos criando uma comissão que irá gerir, irá decidir sobre a destinação de uma das mais importantes fontes de investimento no Estado do Paraná, que são os "royalties".

Nada mais cauteloso, nada mais sábio que essas pessoas que ali estarão representando a sociedade paranaense sejam pessoas cuja moral é ilibada e incontestável. Essa questão é fundamental. Esse artigo, não impedirá que nenhum cidadão deixe de ser candidato a um cargo eletivo, a um cargo público. Ela apenas dirá que naquela comissão que irá administrar os "royalties", que são do interesse de todo o Estado do Paraná, nenhuma pessoa cuja suspeita possa recair sobre sua conduta moral, sua conduta social, esteja lá.

Essa questão nos parece de extrema sa-

bedoria. A Emenda da CCJ é corretíssima nesse sentido. Eu cito, por exemplo, ao nobre Deputado Pessuti, que no Poder Judiciário, quem faz um concurso público precisa ter uma conduta social irretocável, nenhuma mancha. Vejam os senhores que qualquer pessoa ao ser indiciada num inquérito judicial, é porque já existem indícios que levam a indiciar essa pessoa. Essa questão é fundamental. Existem remédios jurídicos, inclusive, se nós estívemos amanhã, perante uma situação em que um determinado cidadão que compõe a comissão que irá reger os "royalties", por um desafeto político, por um interesse econômico alguém crie um delito, impute a essa pessoa e disso nasça um inquérito judicial, existe um remédio jurídico: o próprio trancamento desse inquérito judicial por parte da Justiça. Existem os mecanismos que protegem o indiciado nesse caso. Então, no nosso entendimento, a persistir a emenda e a proposta original, nós poderíamos ter uma pessoa, por exemplo, acusada de peculato, nessa comissão, com provas robustas, ela sendo uma pessoa chave, importante, decidindo sobre a aplicação desses recursos, na comissão, e esse processo levaria 5, 10 ou 15 anos até termos a sentença transitada em julgado e final, condenando essa pessoa, para só então essa pessoa ser retirada da comissão, permanecendo durante todo esse tempo, pertencendo à comissão que irá decidir onde aplicar os royalties.

Por isso, no nosso entendimento, a exemplo do que adota a cautela do Poder Judiciário, sendo essa uma comissão que tem que ser de absoluta confiança do povo do Paraná, de pessoas que tenham a sua conduta moral ilibada, que ninguém possa levantar qualquer mancha sobre essas pessoas, o seu comportamento social é irretocável, reconhecido por todos, essas, devem compor essa comissão, até porque terão que decidir no interesse público e não no interesse particular na aplicação desses recursos.

Por isso nós entendemos que a Emenda é correta e ela deve ser mantida como está.

O SR. RAFAEL GRECA (Para encaminhar) - Sr.

Presidente, Sr. Líder da Bancada do Governo, Srs. Deputados. Na verdade, a nossa emenda se baseia, em linguagem erudita, num recurso de prudência, na vontade de que o dinheiro público não seja acessível a quem, colocado sob suspeita por processo judicial, possa usá-lo e utilizá-los, utilizar esse poder de influência dessa comissão que vai gerir bilhões de cruzeiros, milhões de dólares no sentido de fazer tráfico de influências. Nós queremos propor ao Governo do Paraná, transparência, equidade administrativa, dignidade e

decência. Em linguagem popular, a emenda quer significar que nós não queremos dar a nenhuma "raposa" o direito de cuidar dos ovos do galinheiro". "Devem as raposas ficarem restritas aos seus covis e se há suspeita de que algum homem público é "raposa", não se deve abrir a ele, os ovos do galinheiro, porque a raposa, podendo, depressa, se serve dos ovos do galinheiro, para sugá-los."

O problema me causa espanto, porque o discurso do Governador Roberto Requião é muito mais udenista do que o meu numa análise epistemológica. Não é, Professor Paulo Maia, é assim que se diz, análise epistemológica?

Então nesse sentido, essa manifestação a favor do direito das "raposas" me assusta vinda da parte do senhor Líder Pessuti. Eu não imagino que o Governo tenha qualquer intenção de dar às "raposas" a gerência do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Paraná.

Mas, ouvindo o Senhor Pessuti, fico, agora em linguagem popular, "com a pulga atrás da orelha", e acho que se perder, perde o Povo do Paraná. Desafio o Governo a por prudência, manter essa Emenda no interesse da moralidade pública; não se desrespeita o direito Constitucional de ninguém, porque nós não estamos discutindo uma pessoa vítima de processo, nós estamos criando uma norma para gerência de dinheiros públicos vultosos no futuro, não tem porque nós tomarmos as dores das raposas ainda antes de tê-las conhecido.

Então Deputado Pessuti, eu repudio a sua manifestação à raposa desconhecida. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a Emenda.

O SR. TOTI COLAÇO (Para encaminhar) - Sr.

Presidente, Srs. Deputados uma vez mais eu quero que o meu Líder Orlando Pessuti, possa compreender a posição desse Parlamentar, tendo em vista de não poder acompanhá-lo nesse instante. Mas quero deixar nesse Parlamento de público o nosso reconhecimento, pela capacidade do Dr. Haully, que fez um estudo altamente interessante, técnico, sobre a luz do direito penal, principalmente o parecer do Dr. Haully, está perfeitamente correto, sobre a luz do direito penal, sobre a luz da Constituição. Nesse ponto Dr. Haully, ilustre Advogado está coberto de razão. Mas, o que se discute aqui agora, é na verdade também o próprio direito, no direito civil, tem lá alguma coisa que diz mais ou menos o seguinte: "Tudo que é abundante não é demais, tudo que acrescenta não é demais"; O zelo desse Parlamento, o cuidado que esta Emenda está trazendo para esse

Projeto de Lei da mais alta importância para o Estado do Paraná, tendo em vista, como já foi falado aqui, vai manusear com vultosas importâncias, onde está inserido o interesse de todo o povo do Paraná, me parece que a Emenda e seguindo o raciocínio principalmente do Deputado Ernani Pudell, ela é válida, e é interessante principalmente para salvaguardar o próprio Parlamento, porque me parece que quatro Parlamentares irão fazer parte daquela função paritária no futuro.

Então desta forma e desta feita, eu queria com a mesma tranqüilidade que sempre apóia os projetos e o parecer do nosso Líder Orlando Pessuti, eu quero antes de mais nada, Deputado Orlando Pessuti, quero que você compreenda o posicionamento estritamente de ordem pessoal e particular, eu vou votar a favor da Emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Srs. Deputados que aprovam a Emenda.  
REJEITADA A EMENDA.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, eu encareço a Vossa Excelência, que explique novamente ao Plenário, por se tratar de Lei Complementar a Emenda para ser aprovada precisa de 28 votos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Plenário não precisa esclarecer que é bem esclarecido.

Srs. Deputados que aprovam a Emenda queiram levantar-se.

22 (vinte e dois) APROVAM.  
REJEITADA A EMENDA.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Apenas, para dizer, ao Deputado Rafael Greca, que o maior cuidado que teve o povo do Paraná contra as raposas foi eleger Roberto Requião, Governador do Paraná.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 186/91, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, cria o Programa de Mutirão Habitacional Rural. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 186/91. **Aprovado** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 186/91.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 355/91, de autoria do Deputado TOTI COLAÇO, dispõe para que a realização de concurso público, no âmbito de todo território do Estado do Paraná, estabelece a obrigatoriedade na apresentação de histórico escolar correspondente, apenas quando

do preenchimento de vaga para qual tenha se dado a aprovação. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E., por unanimidade. **Em discussão.**

O SR. TOTI COLAÇO - (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Este Projeto de Lei n. 355/91, apenas para reafirmar aquilo que já dissemos há algumas semanas atrás, quando foi dada entrada deste Projeto de Lei, nesta Assembleia, apenas para reavivar, tenho certeza absoluta que vai ser aprovado.

O fato é que os estudantes, principalmente, possam participar dos concursos públicos que haverão pela frente, mesmo sem ter concluído o 2º, 3º grau ou mesmo o 1º grau. Isto porque no último concurso público do magistério público, do Estado do Paraná, milhares de estudantes não puderam participar do concurso do Estado. Entretanto serão aproveitados somente a partir de fevereiro ou março do ano que vem, já com o curso concluído, diplomados e portanto habilitados para entrar no mercado de trabalho, principalmente no magistério, e na verdade ficaram prejudicados, não foi possível a participação deles no concurso e automaticamente terão que esperar mais um ano para poderem participar de um concurso desta natureza.

Com a aprovação desta lei e com a aquiescência, é claro, de Sua Excelência o Governador do Estado, na continuação sendo sancionada, os nossos estudantes poderão prestar concurso público apresentando, a posteriori, toda a documentação necessária.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 373/91, de autoria dos Deputados ERNANI PUDEL e ROSINHA, cria o Fundo Estadual de Moradia Popular e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Dr. Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei n. 373/91. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei n. 373/91.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 389/91, de autoria do Deputado HEINZ HERWIG e OUTROS, requer a instalação da disciplina de Educação de Trânsito no currí-

culô das escolas públicas de 1º grau do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J e C.E.C.E., por unanimidade.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 476/91

P A R E C E R:

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Heinz Herwig, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão e votação por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei n. 389/91. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão e votação por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei n. 389/91.

Do ponto de vista constitucional e legal nada obsta que o projeto prospere. Razão pela qual recomendamos sua aprovação pela Comissão. As razões de real mérito recomendam a aprovação pelo Plenário.

Sala das Comissões, em 12.11.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

RAFAEL GRECA

Relator

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 422/91, de autoria do Deputado ALBINO CORAZZA e OUTROS, dispõe que os municípios gozarão de redução de vinte por cento das publicações que fizerem no Diário Oficial do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F., por unanimidade.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu queria informar à Mesa para que fique bem ao conhecimento dos Senhores Deputados que o Projeto de Lei n. 476/91 e o Projeto de Lei n. 487/91, o segundo do Poder Executivo o primeiro do Senhor Presidente da Assembleia, Deputado Anibal Khury, ambos já tiveram a sua aprovação pela Comissão de Constituição e Justiça, motivo pelo qual estão aqui com o Parecer Favorável da CCJ, mesmo porque o Senhor Deputado José Tavares, hoje, relatou este Projeto que já foi remetido à Mesa.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Albino Corazza, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão e votação por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei n. 422/91. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão e votação por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei n. 422/91.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com Parecer Favorável, Projeto de Lei nº 476/91. **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 476/91, autoria do Deputado ANIBAL KHURY, declara de Utilidade Pública a Associação de Assistência à Muscoviscidose no Paraná. Sem Pareceres. EM REGIME DE URGÊNCIA.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 487/91, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 105/91, aprova um crédito suplementar no valor de CR\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, aprovado pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, conforme específica. Sem PARECERES. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 139, de 24.10.91).**

PROJETO DE LEI Nº 476/91  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Assistência à Muscoviscidose no Paraná - Fibrose Cística, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.10.91.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A entidade em questão presta relevantes serviços junto à comunidade pois tem por objetivo a prestação de assistência psico-social e material às crianças portadoras de muscoviscidose (fibrose cística).

Motivo mais que suficiente para que a entidade alcance a declaração de utilidade pública que almeja na aprovação deste Plano de Lei.

Sobre o referido projeto, Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, nos seguintes termos:

A Mesa registra, com satisfação a presença em nossa Casa do Presidente da Comissão de Emancipação do Município de Saudade do Iguaçu, Vereador Wanderley Sensi, Trento e Avelino Bockell.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento nº 3046, de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3030, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3031, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3032, de autoria do



Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3033, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Friegonese, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3034 e 3035, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3036, de autoria do Senhor Deputado João Pires, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3038, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3039, 3040, 3041 e 3042, de autoria do Senhor Deputado Toti Colação, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3045, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. ERNANI PUDELL - (Pela Ordem) - Eu peço a Vossa Excelência dada as circunstâncias, as condições do conflito existente na área que Vossa Excelência indicasse o coordenador da comissão e que nós pudéssemos então mobilizar as demais Bancadas, os seus representantes e nós dirigimos, se possível ainda amanhã, hoje ou amanhã para aquela localidade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa após a discussão e votação dos Requerimentos vai decidir.

Requerimento nº 3050, de autoria dos Senhores Deputados, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO - (Para discutir) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 3051, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. ORLANDO PESSUTI - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

A Mesa vai decidir amanhã.

São Requerimentos que a Mesa entende que não devem ser submetidos ao Plenário e sim encaminhados com o protesto da Bancada do PT.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - O Plenário pode se somar ao protesto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Mas nós invadimos atribuições da Assembleia do Pará e invadimos atribuições do Poder Judiciário do Pará. A decisão da Mesa é pelo não recebimento, mas amanhã nós vamos decidir.

Requerimento nº 2971, de autoria dos Senhores Deputados Ovídio Constantino, Ernani Pudell e Doutor Rosinha, constante de expediente de sessão anterior. **Discussão adiada.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Este já foi encaminhado. Fase de votação. Vai encaminhar a votação?

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) -

Apenas para comunicar, como já o fizemos da Tribuna, que nós vamos votar a favor deste Requerimento, tendo em vista que as providências solicitadas já foram atendidas quanto a designação de um delegado especial para cuidar do caso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Requerimento. Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, com apoio dos Senhores Deputados Rossoni, Paulo Maia, Dalton Machuca e demais Senhores Deputados, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2979, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3016, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento do Deputado Rafael Greca. **Pede providências. (Lê requerimento).**

Ao Procurador Geral da República encaminharemos sugestão e, ao Procurador Geral do Estado, submeto à votação. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI - Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra pela ordem.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, gostaríamos de requerer a V.Exa. que determinasse a inclusão na pauta dos trabalhos de amanhã, se houver sessão, me parece que não haverá sessão plenária amanhã tendo em vista o Seminário do Mercosul...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A sessão será marcada para amanhã. Se der número votaremos.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Mas solicitaria a V.Exa. que incluía na pauta da Ordem do Dia de amanhã o Projeto de Lei 492/91, oriundo de mensagem de S.Exa. o Senhor Governador, Mensagem de nº 99, que institui o Conselho da Criança e do Adolescente. Esta matéria encontra-se em regime de urgência desde o dia 22 de outubro, não tendo ainda recebido a nível de Comissão de Justiça o necessário parecer.

A SRA. EMÍLIA BELINATI (Pela Ordem) - Gostaria de fazer um apelo ao Líder do Governo para que aguardasse um pouco mais, porque estamos com este Projeto de Lei e na próxima reunião da CCJ estaremos apresentando, dando parecer. Então pediríamos um pouco de paciência do Líder do Governo para que aguardasse para que pudessemos dar o parecer na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra o Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Apenas comunicando a V.Exa. que a bancada do PT indica o autor do requerimento da formação da Comissão Especial para Averiguar os Fatos

Ocorridos no Município de Pinhão o Deputado Ovídio Constantino.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Projeto 492/91, mensagem do Governador, teve um pequeno quíproco. Veio como projeto autônomo e a Mesa solicitou ao Governo que fosse enviada uma mensagem alterando a lei já existente, promulgada por esta Casa. A Deputada Emília Belinati vai relatar o projeto e a Mesa deixa de incluir nesta semana na pauta, ou na Ordem do Dia, para fazê-lo na semana que vem.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Mas este relato será na próxima reunião da CCJ e temos, pelo que me consta, uma reunião amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É matéria de muita importância, houve este obstáculo. Concorro com a Deputada Emília Belinati, ela tem grande responsabilidade e vai estudar o projeto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 019/91.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 476 e 487/91.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução nºs 047, 048 e 061/91. e dos Projetos de Lei nºs 379, 387, 414, 437, 438, 467 e 469/91.

Levanta-se a sessão.